

Nº 2 – Abril de 2011
Editorial

Os artigos que a seguir se apresentam resultam da conferência *Institutions and Social Change (s) in Southern European Societies*, que decorreu em Cascais, nos dias 1 e 2 de Outubro de 2010, e foi co-organizada pelo *Research Network on Southern European Societies (RN27)*, da *European Sociological Association*, e pela Associação Portuguesa de Sociologia (APS).

Na referida conferência e de acordo com princípios de valorização da pluralidade linguística nos intercâmbios científicos, as comunicações puderam ser apresentadas em inglês, português, espanhol ou francês, pelo que a publicação dos textos seleccionados manteve os mesmos critérios.

Muito embora os autores portugueses estejam em maioria, apraz registar a contribuição de autores de outras proveniências, assim como é de realçar a perspectiva comparativa que alguns textos praticam. No seu conjunto, estas condições propiciam olhares enriquecedores sobre o tema geral *Instituições e Mudanças Sociais nas Sociedades da Europa do Sul*.

Um primeiro bloco temático centra-se na **Família e Juventude**, reunindo sete artigos. No primeiro, *“Gender, work and family: balancing central dimensions in individuals’ lives”* Anália Torres, Cristina Marques e Diana Maciel abordam o modo como em Portugal os homens e as mulheres articulam as suas vidas, designadamente no mercado de trabalho, na conjugalidade, na parentalidade e nas tarefas domésticas.

No segundo artigo, *“Family, disability and social policy in Portugal: where are we, and where do want to go?”*, de Paula Campos Pinto, também se consideram as questões de género na vida familiar, mas a abordagem centra-se especificamente nas famílias com crianças necessitadas de cuidados especiais. A análise convoca as interconexões entre recursos do estado social, género e família, explorando as consequências dessa triangulação para quem assegura os cuidados e para quem deles necessita.

O terceiro artigo, “Casamentos mistos em Portugal: evolução e padrões”, de Ana Cristina Ferreira e Madalena Ramos propõe uma análise quantitativa dos casamentos ocorridos em Portugal, entre 2001 e 2007, nos quais um dos cônjuges nasceu em Portugal e o outro é originário de país diferente. Além de explorarem a frequência deste tipo de casamentos e de caracterizarem os respectivos cônjuges, as autoras procuram encontrar padrões de acordo com as diferentes comunidades de imigrantes.

Também o artigo de Sofia Gaspar, “*Comparing EU bi-national partnerships in Spain and Italy*”, estuda as uniões de dupla nacionalidade, mas focaliza-se apenas nas uniões entre parceiros de diferentes nacionalidades da União Europeia; usando dados de inquéritos internacionais, procede a análise comparativa entre as realidades espanhola e italiana, chegando à definição de três perfis que discute à luz da literatura sobre família, migrações e integração social.

Ainda neste bloco, mas atendendo às situações dos jovens e aos universos juvenis, apresentam-se três artigos. Maria Tsekoura, no texto “*Promoting ‘Youth Presence’? An exploration of youth participation in the UK and Greece*”, propõe-nos uma visão crítica das condições institucionais destinadas a promover a participação juvenil, comparando experiências da Grécia e do Reino Unido. Os dados reunidos, embora assinalem diferenças entre as duas realidades, levam a autora a concluir que os modelos de participação são mais orientados para aspectos de ordem individual, incorporando mais a conformidade às normas sociais do que potenciando a crítica e a mudança.

No texto “*Jovens da Europa do Sul num contexto de mudança social: dados portugueses*”, Inês Vieira e António Cardoso recorrem aos inquéritos aplicados aos participantes no Dia da Defesa Nacional, para traçar um perfil da situação juvenil, de 2004 a 2009. Examinam algumas aspirações dos inquiridos, bem como exploram atitudes, atendendo às variações de género e à diversidade regional.

Por fim, o texto de Albino Cunha, “*Percepções/representações dos jovens portugueses, espanhóis e franceses entre si e sobre o ‘outro’*” explora a percepção que os jovens de cada país têm em relação aos outros países em estudo, ao mesmo tempo que procura identificar a existência de referências culturais mútuas, enquadrando-as no contexto escolar.

Democracia e Participação Política, o tema do segundo bloco de textos, engloba três contribuições. No primeiro artigo, “*Entre o velho patrocínio e o clientelismo polí-*

tico-partidário: o caso de uma aldeia minhota no concelho de Barcelos (Portugal)”, António Cardoso e Manuel Carlos Silva começam por enquadrar os processos de transição numa comunidade agrária, mas o essencial da análise acompanha as mutações do tradicional patrocínio eclesiástico rumo a outras formas de clientelismo, designadamente as que decorrem das fidelidades partidárias.

O segundo artigo, *“The institutionalization of Roma social participation in Southern European Societies - preliminary data from an ongoing research”* de Raquel Rego e Claire Auzias, trabalha alguns indicadores de participação social nos países da Europa do Sul, focalizando-se particularmente na expressão e na actividade das associações relacionadas com as populações ciganas, ao mesmo tempo que procura caracterizar o papel destas na integração social das populações em causa.

Por último, Célia Belim Rodrigues no texto *“A Qualidade Informativa e de Liberdade de Imprensa e a Mudança Social – O Norte e o Sul da Europa em Comparação”* reúne alguns indicadores sobre qualidade da imprensa em países do Norte e do Sul da Europa, relacionando as tendências nacionais com as respectivas tradições históricas, políticas, sociais e económicas.

Governança, Competitividade e Internacionalização constitui o tema genérico do terceiro bloco de textos. No primeiro artigo desta série, *“Pecunia non olet - Quali conoscenze e quali politiche per contrastare la criminalità mafiosa in una Europa mediterranea globalizzata?”*, Giovanni Bechelloni questiona por que é que a Sociologia abandonou a comunicação e descurou o fenómeno da criminalidade mafiosa. Contrariando a ideia de que tais fenómenos seriam coisa do passado, que os *mafiosi* seriam homens incultos, o autor sustenta que a máfia está hoje representada por indivíduos aparentemente respeitáveis, em várias áreas e designadamente nos mercados financeiros.

O segundo texto, *“Paraísos fiscais – novos desafios e ameaças”*, de Ana Margarida Raposo Ferreira, conceptualiza os paraísos fiscais (centros financeiros *offshore*) como um fenómeno social não regulado, gerador de ineficácia económica e de desigualdades sociais, ao mesmo tempo que constitui ameaça ao Estado de Direito, na medida em que representa actividades de evasão fiscal, beneficiando de sigilo bancário e de tributação nula ou baixa.

No texto seguinte, “A UEFA e o governo do futebol. Promoção do modelo desportivo europeu ou da (des)capitalização e desigualdade entre países?”, de Daniel Seabra, focaliza-se no modo como a UEFA gere a massa de capital obtida das receitas e de outras fontes. Evocando a legislação da União Europeia e outros documentos oficiais, assinala dificuldades na conciliação do Direito Comunitário com a gestão do futebol e elucida sobre a permeabilidade da UEFA a influências que favorecem os clubes dos países mais ricos.

No quarto artigo desta série, “*Recent trends in wages and collective bargaining in Portugal*”, João Dias e Maria da Conceição Cerdeira contextualizam a situação de baixo crescimento económico em Portugal, argumentando que tal adversidade não impediu a existência de um diálogo social forte, saldando-se inclusivamente num número significativo de acordos colectivos e em aumento do salário real.

O artigo seguinte, de João Caetano e Nicolás Lori, trata “O Conhecimento da lei como dimensão estratégica do país”, abordando a necessidade do conhecimento da Lei como imperativo da criação de riqueza e da gestão dos processos democráticos.

As Parcerias Publico Privadas (PPP) constituem o tema do sexto artigo. No texto “Os Novos arranjos institucionais na governança pública: o caso das Parcerias Público-Privadas. Estudo comparativo entre o Sul e o Norte da Europa”, Sandra Firmino começa por discutir o conceito de PPP, assinalando a heterogeneidade de modalidades e comparando a respectiva expressão em Portugal, Espanha, Reino Unido e Holanda.

O sétimo artigo, de Nicolás Lori e João Caetano, incide sobre “O contexto da competitividade internacional para as universidades portuguesas”. Os autores abordam o conceito de universidades de topo em contexto internacional e tecem considerações sobre os factores susceptíveis de melhorar o posicionamento nos rankings, para o que convocam experiência pessoal de um dos autores.

Finalmente, Ines Elezović e Jasminka Buljan Culej, no texto “*Introducing the National Informatical System of applying to Universities in Croatia*”, referenciam a recente reforma na educação ocorrida na Croácia, em particular no que diz respeito às condições de transição do ensino secundário para o ensino superior. O essencial do artigo consiste na apresentação de um sistema de gestão da informação, considerado um

caso de sucesso, que a partir da mesma plataforma informática permite acompanhar todo o processo de candidatura às universidades.

O quarto bloco de textos reúne reflexões sobre **Desafios do Estado Social e Sistemas de Saúde na Europa do Sul**. As contribuições aqui incluídas iniciam-se com o texto de Carla Valadas, “*New challenges to a changing labour market and welfare state. The Portuguese recent experience*”. Considerando as transformações ocorridas no mercado de trabalho em Portugal e contextualizando-as face aos constrangimentos internacionais e a opções de política interna, a autora discute as implicações para o Estado social, argumentando que este apresenta sérias vulnerabilidades na resposta a problemas emergentes, designadamente, agravamento das condições de vida, risco de pobreza e exclusão social.

O texto seguinte, “*South-European Pension Systems: Challenges and Reform Prospect*”, é assinado por Leandro N. Carrera, Marina Angelaki e Daniel Carolo. Os autores problematizam a relação entre a crise económica nos países da Europa do Sul e a pressão para reestruturar o sistema de pensões nesses países. Estudam as mudanças suscitadas pela crise em Espanha, Itália, Portugal e Grécia e o impacto produzido sobre o sistema de pensões. Da análise efectuada concluem que algumas mudanças positivas na sustentabilidade financeira podem ter sido conseguidas em prejuízo da eficácia dos benefícios.

O terceiro texto, de Maria Engrácia Cardim, Luís Mota e Luísa Pereira, questiona: “Será tudo da crise, ou devemos repensar o Estado social? A emergência de novos paradigmas”. A abordagem proposta centra-se nas políticas sociais em contexto de crise económica. Entre outros aspectos, os autores desenvolvem argumentação a respeito dos desafios que se colocam à governança das políticas públicas, incluindo o envolvimento de *stakeholders* da sociedade civil, a promoção de culturas de responsabilidade social e da *public accountability*.

O texto seguinte, “Estado e cidadão: o papel social de desempregado em Portugal”, de Isabel Marçano, traça um breve panorama histórico do desemprego e seu significado, desde os finais do séc. XIX até à actualidade. Operacionaliza o conceito de desempregado e apresenta uma tipologia, com quatro perfis de desemprego: distanciado,

negociado, adaptado/interiorizado e reivindicado, sendo os dois primeiros de transição e os dois últimos de exclusão.

No quarto texto deste grupo, *“Considerations on the efficacy and collective legitimacy of the welfare system in the South of Italy”*, Fiorella Vinci apresenta uma breve reflexão sobre a eficiência económica e a legitimação colectiva do Estado de bem-estar no Sul da Itália. A autora partilha a tese da interdependência e articulação entre políticas sociais e económicas, o que, por sua vez, conduz à imprescindibilidade de coordenação nos diversos níveis de governo.

Os dois textos finais incluídos nesta área temática abordam alguns aspectos dos sistemas de Saúde na Europa do Sul. A iniciar, Tiago Correia, no artigo *“New Public Management in the Portuguese health sector: a comprehensive reading”* trata do modo como em Portugal se têm aplicado as orientações internacionais da Nova Gestão Pública ao domínio da saúde. A análise recai sobre cinco dimensões: descentralização de competências, financiamento e *accountability*, racionalização da despesa, desregulação do mercado de trabalho e competição e diferenciação internas no sector hospitalar.

Seguidamente, Mauro Serapioni e Dolores Sesma abordam *“A participação dos cidadãos nos sistemas de saúde dos países da Europa do Sul: Portugal, Itália e Espanha. Resultados preliminares de um estudo comparativo”*. Começam por caracterizar os sistemas de saúde dos três países em causa, incorrendo depois na exploração da relação entre sistemas de saúde e associações de cidadãos para daí extrair as linhas de força sobre participação, cidadania e governance.

O quinto e último conjunto de textos engloba duas contribuições sobre **Sociabilidades e Vizinhanças Urbanas**. Graça Índias Cordeiro, Ioana Florea e Tiago Trigueiro, no artigo *“Participative social work and urban change: two case studies in Lisbon and Bucharest”* descrevem e comparam duas iniciativas de intervenção social em contextos urbanos marginalizados. Além de analisarem os processos e resultados das duas iniciativas (*Alta de Lisboa e Kommunitas*), os autores mostram as potencialidades da investigação-acção, designadamente na criação de estruturas sociais de mediação em contexto periférico.

A contribuição de Patrícia Pereira e Jordi Nofre, *“Rebuilding urban morphology: new centralities and urban inequalities in Southern European cities”*, focaliza-se na transfor-

mação social e produtiva de áreas urbanas outrora marginalizadas. Estudando dois casos (Parque das Nações, em Lisboa e Fira-2, em Barcelona), os autores argumentam que o urbanismo neo-liberal, e as estratégias de competitividade que lhe estão associadas, conduzem a cidades social e culturalmente “higienizadas”, decorrendo de deslocamentos espaciais das classes trabalhadoras e sua substituição pelas classes médias.

Ana Romão, Academia Militar

Dalila Cerejo, CESNova – FCSH-UNL

Helena Serra, SOCIUS-ISEG

Luís Baptista, CESNova – FCSH-UNL

Manuel Carlos Silva, CICS – Universidade do Minho